

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO No. ...., DE 05/10/2004**  
**(Da Sra. Luciana Genro)**

Solicita informações à senhora Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff a respeito da 6ª Rodada de Licitações das Bacias Sedimentares.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex.a., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à senhora Ministra de Minas e Energia no sentido de esclarecer a esta Casa quanto ao fato que segue:

Desde 1997, o Estado brasileiro iniciou o desmonte do controle estatal no setor de petróleo, que era monopólio da União executado pela Petrobrás, usando-se o argumento falacioso de que as empresas estrangeiras trariam capital para investir em novas áreas para avaliar o potencial petrolífero. Sucederam-se cinco licitações pela ANP onde a prática das empresas foi de adquirir áreas onde já haviam ocorridos grandes riscos geológicos e financeiros.

No mundo inteiro, as transacionais conseguiram renúncias fiscais ou isenção de royalties em águas profundas e tentaram introduzir essas alterações nos editais das últimas licitações da ANP, com o singelo argumento de incentivar os investimentos de risco.

Em agosto de 2003, expirou o reduzido prazo de 5 anos (8 anos para os blocos leiloados) para que a Petrobrás devolvesse as áreas promissoras a que teve direito de explorar na época em que houve a quebra do monopólio e a instituição da Lei 9478/97, que rege o setor do petróleo no Brasil. Com essas devoluções como carro-chefe, o Governo Federal, através da ANP, prepara-se para efetivar a Sexta Rodada de Licitações, onde serão oferecidas muitas destas áreas devolvidas, de elevado potencial petrolífero, conhecidos como "Blocos Azuis".

Na práticas, as concessões representarão verdadeiras doações ao cartel internacional de petróleo, posto que, sem grandes investimentos e riscos, tornar-se-ão proprietários desse energético que foi identificado à custa de extraordinário esforço do povo brasileiro. O mais absurdo desse fato é que o governo conduz esta licitação em meio aos cenários internacional e nacional particularmente conturbados, que recomendariam prudência aos arautos do neoliberalismo.

Assim sendo, noticiamos que V.S.a. informar para cada uma das cinco licitações já realizadas:

- a) Data de realização da licitação.
- b) Razão social completa das empresas e dos consórcios de empresas que compareceram, apresentando propostas.
- c) Nome de cada companhia compradora dos blocos licitados e valor pago por cada bloco.
- d) Razão social completa das empresas e dos consórcios das empresas com os quais foram celebrados/assinados os contratos de concessão.
- e) Sede (país) e razão social de cada companhia compradora (item c).

- f) Para cada contrato de concessão indicar a área do bloco concedido em km<sup>2</sup>, localização, terrestre ou submarina (terra ou mar), Estado da Federação ou Litoral do Estado tratando-se da plataforma continental e bacia sedimentar a que pertence.
- g) Para cada contrato assinado informar qual a companhia operadora.
- h) Prazo para execução de cada item do contrato.
- i) Prazos da concessão, total e prazos parciais, indicando os prazos para trabalhos de exploração preliminar, perfuração dos poços, comprovação da viabilidade e desenvolvimento da produção. Indicar as razões da devolução.
- j) Para cada bloco indicar quais os compromissos da operadora e demais empresas do consórcio, em termos de investimentos mínimos, investimentos efetivos já realizados e investimentos a realizar.
- k) Quantos poços já foram perfurados em cada bloco e quantos ainda faltam ser? Quantos metros já foram perfurados e quantos ainda faltam?
- l) Em quais blocos foram descobertos hidrocarbonetos. As descobertas foram consideradas comerciais em quais blocos? E não comerciais em quais blocos? Em que blocos as descobertas/indícios ainda estão sendo analisados?
- m) Quanto foi investido, em moeda nacional e estrangeira (indicar qual: dólar, euro, etc.) por bloco?
- n) Valores e percentuais de participação nos investimentos totais dos serviços, materiais, mão-de-obra e equipamentos adquiridos no país.
- o) Os capitais estrangeiros trazidos pelas empresas para o país são registrados no Banco do Brasil/Banco Central/FIRCE? Onde?
- p) Em quais blocos estão sendo implantados os sistemas de escoamento da produção. Qual a previsão de inauguração destes dispositivos?
- q) Desde a assinatura dos contratos de concessão alguma empresa/consórcio já produziu óleo e/ou gás? Qual a produção de óleo? E a de gás?
- r) Houve aumento das reservas provadas de óleo e/ou gás devido aos blocos licitados? De quanto? Discriminar por bloco.
- s) Qual a produção de óleo e/ou gás proveniente dos blocos licitados? Especificar para cada bloco qual a companhia operadora.
- t) Nos blocos onde existem parcerias informar:
  - Quais as companhias parceiras;
  - Sede (país) e razão social de cada companhia parceira;
  - Qual o percentual de cada parceiro;
  - Que volumes de óleo e/ou gás são exportados? Qual o tipo de óleo?
  - Que volumes de óleo e/ou gás são usados no Brasil?
- u) Informar o valor dos royalties pagos indicando:
  - Quais os estados beneficiados;
  - Quanto cada estado beneficiado recebeu;
  - Relacionar por estados quais os municípios beneficiados e quanto cada município recebeu, por ano, a partir de 1999;
  - Quanto a Petrobrás pagou de royalties;
  - Quanto as demais companhias pagaram e especificar quanto cada companhia pagou.
- v) Houve exportação desta produção de óleo e/ou gás? Quais as empresas/consórcio exportadoras?

- Caso afirmativo, para onde foi exportado e em que quantidade?
- No caso de gás, para onde foi exportado/vendido em qual volume?
- w) Qual o número e a qualificação dos técnicos de cada operadora que trabalharam até esta data:
  - na fase de avaliação das áreas;
  - no seu desenvolvimento;
  - informar, também, a porcentagem de brasileiros e estrangeiros contratados e se estão registrados no CREA.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Solicito os esclarecimentos a fim de certificar-me de que a sexta rodada não é uma estratégia equivocada, pois a conjuntura internacional aponta para a necessidade de profunda cautela frente a iminência de um novo choque de petróleo, já que o petróleo é finito e a demanda é infinitamente crescente.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 2004.

Deputada Luciana Genro  
(P-SOL/RS)